

# Novos níveis de rolagem das dívidas provocarão déficit de 0,5% do PIB

por Jurema Baesse  
de Brasília

A decisão do Congresso Nacional de reduzir o pagamento da dívida externa dos estados e municípios de US\$ 3.094 bilhões em 1989 para US\$ 1 bilhão irá gerar um pesado déficit para o setor público como um todo. A situação dos estados e municípios, pela versão original do orçamento, apontava para um equilíbrio entre receita e despesa, com um ligeiro superávit de 0,1%. Com as novas bases, aprovadas na última sexta-feira, esta situação irá se inverter, e será gerado um déficit de 0,6%, segundo versão preliminar da Secretaria do Tesouro Nacional.

Com um déficit dessa ordem, a nova composição do déficit global do setor público, que havia sido feita na expectativa de que os estados e municípios dessem uma colaboração expressiva, também será fortemente afetada. De um superávit projetado de 0,07% a decisão do Congresso Nacional irá anular este ganho e produzir um déficit de 0,5% considerando apenas o impacto dessa decisão.

Segundo explicação de categorizada fonte do Ministério da Fazenda, a ampliação da rolagem dos débitos dos estados e municípios de 75% para aproximadamente 92%, não terá, praticamente, reflexo sobre o Orçamento Geral da União. O déficit do orçamento, ou do governo central, permanece em 0,56%, como estava previsto, uma

vez que esta receita, que viria através do pagamento dos débitos dos estados e municípios, teve a sua contrapartida no lado da despesa também anulada.

Esta fonte explicou que o Congresso Nacional apontou a rubrica a ser cortada no volume equivalente a US\$ 2 bilhões, ou CZ\$ 372 bilhões, mas, por enquanto, ainda não detalhou com exatidão onde serão estes cortes. O corte global será feito no chamado orçamento de crédito, onde serão reduzidas as dotações para a agricultura e exportações. Ocorre que, no caso dos estoques reguladores, foi retirada a despesa, mas não a receita que a venda destes estoques iria gerar. Na agricultura, a margem de corte terá de recair, basicamente, sobre as aquisições de trigo. Este corte deverá ser da ordem de 40%, ou seja, 40% da produção de trigo deixaria de ser comprada pelo governo, o que representa cerca de CZ\$ 240 bilhões, a preços de junho.

No lado dos empréstimos, através do Finex, do total de CZ\$ 1.256 bilhão do orçamento de crédito, deverá ser feito um corte de CZ\$ 32 bilhões. Este volume, que iria para o setor privado na forma de financiamento ao setor exportador, será transferido para o setor público, na medida em que será absorvido pelos estados e municípios. E, além disso, tal redução, segundo este assessor, irá trazer algum reflexo para a competitividade do setor exportador.

12 DEZ 1988 GAZETA MERCANTIL